

ANEXO V
PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CNPJ:	13.382.108/0001-38,
Endereço:	Rua Rosalino Rodrigues, nº 510, Centro, Irani/SC
Telefone:	(49) 3432 0112
E-mail:	socihab@gmail.com
Sítio Eletrônico:	www.irani.sc.gov.br

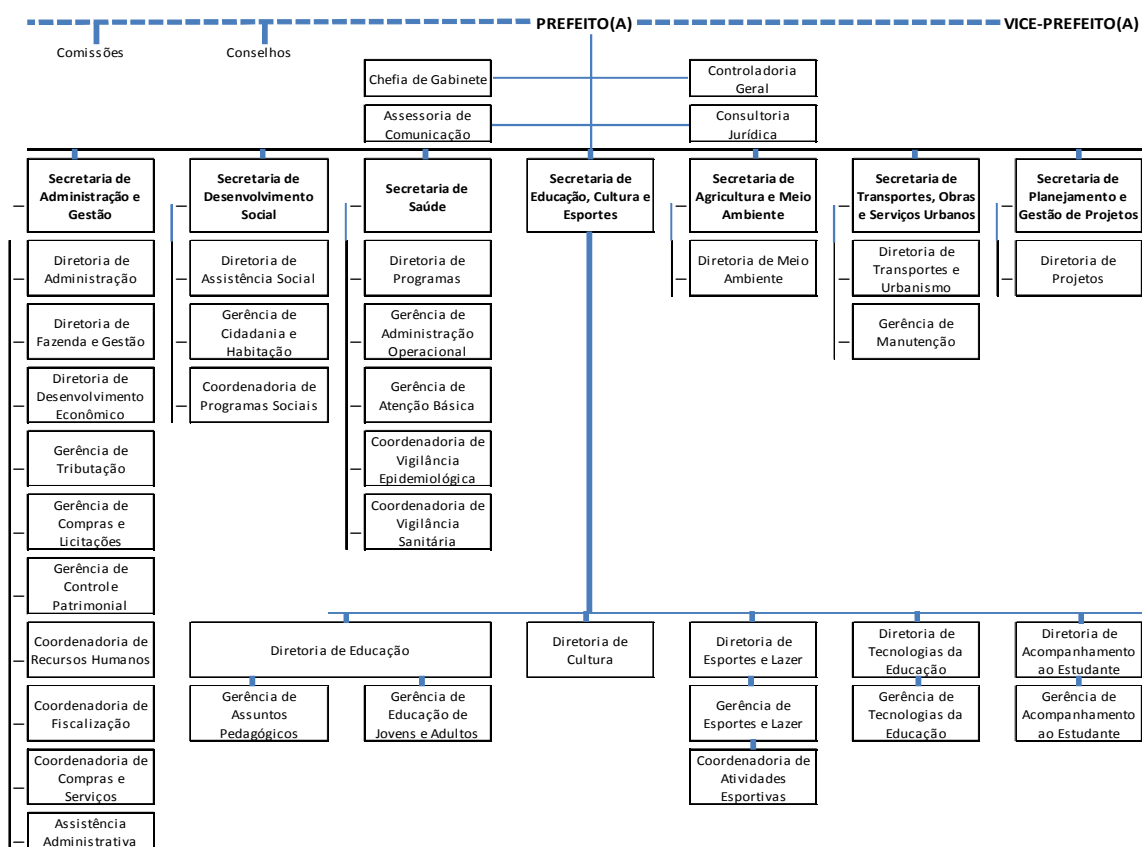
b) Rol dos Responsáveis:

Nome:	Sivio Antonio Lemos Das Neves		
CPF:	665.448.239-53		
Cargo:	Prefeito Municipal		
Ato de Nomeação:	Termo De Posse		
Período de Gestão:	01/01/2017 À 31/12/2020		
Endereço:	Rua Caixa D'Água, Centro – Irani/SC - CEP 89680-000		

Nome:	Claudete Deitos Gonzaga		
CPF:	384.217.559-00		
Cargo:	Gestora do Fundo		
Ato de nomeação:	Decreto nº 008/2017		
Período de Gestão:	02/01/2017 à 26/12/2017		
Endereço:	Rua Gabriel Fabrício, Alto Irani – Irani/SC – CEP 89680-000		

Nome:	Marcelo Pegoraro
CPF:	048.158.839-63
Cargo:	Gestor do Fundo
Ato de Nomeação:	Decreto nº 190/2017
Período de Gestão:	26/12/2017
Endereço:	Rua Osório de Oliveira Vargas, Centro – Irani/SC – CEP 89680-000

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:



Fonte: Anexo II – Lei Complementar nº 032/2007

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

O Fundo Municipal de Assistência Social de Irani é um fundo público vinculado ao Município de Irani, criado pela Lei nº 838 de 02 de Julho de 1996, tendo como atividade os serviços de assistência social.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 – Identificação dos Programas

PROGRAMA	801 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
1.006	Obras e Infraestrutura Social
1.019	Construção do Lar do Idoso
2.025	Manutenção da Assistência Social Geral
2.026	Proteção Social de Média Complexidade
2.027	Proteção Social de Alta Complexidade
2.028	Proteção Social Básica
2.058	Programa de Gestão de Assistência Social
2.059	Concessão de Benefícios Eventuais
2.060	Atendimento à Pessoa Idosa

2 – Comparação das metas físicas e financeiras previstas e as realizadas, em valores nominais e relativos, justificando as ações não realizadas ou realizadas parcialmente:

PROJ/ATIVIDADE		ORÇADO			EXECUTADO			OBSERVAÇÃO
		META FÍSICA	UNIDADE	META FINANCEIRA	FÍSICA	UNIDADE	FINANCEIRA	
1006	OBRAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL	150	M²/EDIF	R\$ 13.001,00	0	M³	R\$ 31.021,35	DEVOLUÇÃO DE RECURSOS DE CONVENIO PARA OBRA FUNDAM, ADAPTAÇÕES NA OBRA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIAS.
2025	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	2400	ANO/MAN	R\$ 353.139,70	1	ANO	R\$ 481.786,95	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DE ASSISTENCIA SOCIAL.
2026	PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	9600	ANO/MAN	R\$ 299.779,20	1	ANO	R\$ 289.451,68	ATENDIMENTOS REALIZADOS: 800
2027	PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	2400	ANO/MAN	R\$ 44.116,60	1	ANO	R\$ 33.655,55	AENDIMENTO DE 03 CRIANÇAS DURANTE O EXERCÍCIO.
2028	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2400	ANO/MAN	R\$ 348.040,32	1	ANO	R\$ 352.911,16	ATENDIMENTOS INDIVIDUALIZADOS: 2.795, ATENDIMENTO SÓCIO-FAMILIAR: 517, ATENDIMENTO COLETIVO: 2.373 TOTALIZANDO 5.685 ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO CRAS EM 2017.
2058	PROGRAMA GESTÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL	2500	ANO/MAN	R\$ 53.064,77	1	ANO	R\$ 74.591,31	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS E PROGRAMAS DA ASSISTENCIA SOCIAL.
2059	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	1033	PESSOAS	R\$ 41.171,00	252	PESSOAS	R\$ 61.901,45	PAGAMENTO PIC: 69, CESTAS BÁSICAS: 150, AUXÍLIO FUNERAL: 10, PASSAGENS: 12, FOTOGRAFIAS: 03, ENERGIA ELÉTRICA: 01, ALUGUEL SOCIAL: 2.
2060	ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	850	PESSOAS	R\$ 67.620,00	2462	PESSOAS	R\$ 19.317,38	ATENDIMENTO AOS IDOSOS COM PROMOÇÃO DE EVENTOS, ENCONTROS MENSASIS, COMEMORAÇÃO DIA DO IDOSOS, FESTIVIDADES DE ENCERRAMENTO DO ANO.
1019	CONSTRUÇÃO DO LAR DO IDOSO	850	² (EDIFÍCIO	R\$ 100.000,00	0	0	R\$ -	NÃO REALIZADO PELA NECESSIDADE DE RECURSOS VINCULADOS PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO LAR.
TOTAL		R\$		1.319.932,59	R\$		1.344.636,83	

3 - Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve necessidade de contingenciamento de despesa no período.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Despesa reconhecida sem orçamento	Valores	Motivos do reconhecimento
Nenhuma despesa dessa natureza		

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Empenhos de restos a pagar inscritos a partir do segundo ano pretérito ao da prestação de contas	Fornecedor	Motivos
Nenhum resto a pagar referente outro exercício em 31/12/2017.		

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

- a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado, conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento mês a mês;

FORMA DE CONTRATAÇÃO	jan/17		fev/17		mar/17		abr/17		mai/17		jun/17		jul/17	
	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS
EFETIVOS	6	R\$ 10.143,39	6	R\$ 11.915,52	6	R\$ 15.744,66	6	R\$ 12.060,24	6	R\$ 12.371,59	6	R\$ 12.805,77	6	R\$ 12.323,89
CONTRATOS PRAZO TEMPORARIO	6	R\$ 7.055,61	12	R\$ 13.000,42	13	R\$ 23.463,91	13	R\$ 24.959,33	14	R\$ 25.065,71	13	R\$ 24.375,56	13	R\$ 25.802,55
COMISSIONADO	1	R\$ 2.739,95	1	R\$ 2.739,95	1	R\$ 2.642,08	2	R\$ 3.166,67	2	R\$ 4.712,21	2	R\$ 4.792,21	2	R\$ 4.752,21
ESTAGIÁRIOS	0	R\$ -	0	R\$ -	1	R\$ 278,70	1	R\$ 709,41	1	R\$ 738,05	1	R\$ 738,05	1	R\$ 738,05
TOTAL	13	R\$ 19.938,95	19	R\$ 27.655,89	21	R\$ 42.129,35	22	R\$ 40.895,65	23	R\$ 42.887,56	22	R\$ 42.711,59	22	R\$ 43.616,70

FORMA DE CONTRATAÇÃO	ago/17		set/17		out/17		nov/17		dez/17		13º SALÁRIO ADIANTAM		13º SALÁRIO INTEGRAL		TOTAL ANUAL
	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	QT	VALOR MÊS	
EFETIVOS	6	R\$ 12.841,40	6	R\$ 13.009,66	9	R\$ 18.373,10	10	R\$ 24.990,11	10	R\$ 22.404,33	6	R\$ 7.659,37	10	R\$ 8.010,48	R\$ 194.653,51
CONTRATOS PRAZO TEMPORARIO	13	R\$ 26.272,83	13	R\$ 32.710,77	10	R\$ 18.442,00	10	R\$ 18.207,15	10	R\$ 18.061,46	12	R\$ 10.042,34	9	R\$ 6.250,55	R\$ 273.710,19
COMISSIONADO	2	R\$ 4.689,22	2	R\$ 4.822,77	2	R\$ 6.223,61	1	R\$ 2.957,83	1	R\$ 2.957,83	2	R\$ 2.147,78	1	R\$ 1.231,25	R\$ 50.575,57
ESTAGIÁRIOS	2	R\$ 883,60	1	R\$ 498,95	1	R\$ 509,11	1	R\$ 509,11	2	R\$ 1.173,68	0	R\$ -	0	R\$ -	R\$ 6.776,71
TOTAL	23	R\$ 44.687,05	22	R\$ 51.042,15	22	R\$ 43.547,82	22	R\$ 46.664,20	23	R\$ 44.597,30	20	R\$ 19.849,49	20	R\$ 15.492,28	R\$ 525.715,98

A primeira parcela do décimo terceiro foi paga em julho/2017 e a segunda em dezembro/2017.

No exercício de 2017 os servidores receberam reajuste de 3,987%, conforme Decreto nº 083/2017 embasado no INPC acumulado.

O Aumento real foi repassado após aprovação da Lei Complementar nº 84/2017 pelo percentual de 4%.

A Lei nº 1835/2017 também alterou a forma de pagamento do Auxílio Alimentação, passando a ser:

Art. 1º. Fica acrescentado ao texto da Lei Municipal nº 1.390 de 27 de abril de 2007, o “artigo 1º-A”, com a seguinte redação:

Art. 1º -
(...)

Art. 1º-A – O servidor fará jus ao auxílio alimentação na proporção dos dias trabalhados, salvo na hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.

Parágrafo único - Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 dias.

- b) Demonstrativo de quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais de contratações, mês a mês:

Não houve contratos de terceirização no exercício.

- c) Demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

COMPETÊNCIA	ENCARGOS	COMPETÊNCIA	ENCARGOS
jan/17	R\$ 5.725,10	jul/17	R\$ 9.763,98
fev/17	R\$ 6.409,21	ago/17	R\$ 10.003,11
mar/17	R\$ 9.449,50	set/17	R\$ 10.836,91
abr/17	R\$ 8.793,96	out/17	R\$ 9.670,31
mai/17	R\$ 8.979,02	nov/17	R\$ 9.758,76
jun/17	R\$ 9.403,59	dez/17	R\$ 17.509,94
TOTAL	R\$		116.303,39

Acima planilha de valores patronais pagos a título de contribuição patronal sobre folha. No Fundo não há complementações para aposentadoria.

- d) Discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Não há pagamentos a membros de diretoria e conselhos na unidade.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS:

Nenhuma transferência de recursos realizada no período a título de convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumento congêneres.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

- a) Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

MODALIDADE	
Dispensa de Licitação para Compra e Serviços	R\$ 98.421,95
Pregão Presencial	R\$ 189.182,22
TOTAL	R\$ 287.604,17

- b) Indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993.

Conforme previsto na Lei Municipal nº 1.810/2017 o órgão de publicação oficial é o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

- a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO	
Documento	Comunicação Interna nº 16/2017
Recomendação	Preenchimento do Controle de Quilometragem
Providência Sugerida	Encaminha modelo de documento de Controle e orientação quanto ao preenchimento, guarda e possíveis responsabilizações quando da impossibilidade de verificação de responsáveis pela condução.
Providências adotadas	Passou-se a usar o controle recomendado pelo Controle Interno, sendo entregue mensalmente para o setor referido e sendo assinado e conferido mensalmente pelo gestor.
Documento	Comunicação Interna nº 18/2017
Recomendação	Entrega de relatórios mensais de estoque de material de consumo
Providência Sugerida	Entrega mensal até o 5º dia útil de relatório de saldo

	de estoque de material de consumo da secretaria, contendo quantidades e valores totais apurados, sendo seu controle responsabilidade da secretaria.
Providências adotadas	Implantação de sistema e treinamento de servidores para controle de estoque.
Documento	Comunicação Interna nº 19/2017
Recomendação	Descrição detalhada das despesas e prévio empenho
Providência Sugerida	Emissão de autorização de Fornecimento com base em solicitação detalhada da finalidade da despesa.
Providências adotadas	Melhoria na descrição das solicitações de compras.
Documento	Comunicação Interna nº 21/2017
Recomendação	Orientação quanto às etapas de despesas
Providência Sugerida	Preenchimento da autorização de fornecimento para cumprimento do art. 60 da Lei 4.320/64, verificação da efetivação da despesa antes da liquidação de nota fiscal e adoção de documentos extras para comprovação da mesma.
Providências adotadas	Adoção das Autorizações de Fornecimento

b) Recomendações pendentes:

RECOMENDAÇÕES NÃO ATENDIDAS				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
NENHUMA RECOMENDAÇÃO PENDENTE				

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Nenhum contrato de gestão em vigência no exercício.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA):

Nenhum termo de parceria celebrado no exercício.

Irani/SC, 25 de Fevereiro de 2018.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

CLAUDETE DEITOS GONZAGA

Gestora do Fundo até 26/12/2017

MARCELO PEGORARO

Gestor do Fundo a partir de
26/12/2017

